

2026

RELATORIA

REUNIÃO DA DIREÇÃO NACIONAL DA ASSIBGE - SN

De 09 a 12 de julho de 2026, | Rio de Janeiro – RJ

RESUMO

Realizada entre os dias 9 e 11 de julho de 2026, no Rio de Janeiro, a Reunião da Direção Nacional da ASSIBGE-SN consolidou-se como uma importante instância de formulação política, análise de conjuntura e definição das estratégias de atuação da entidade para o segundo semestre. O encontro reuniu representantes de todas as regiões do país em um ambiente marcado pelo debate democrático, pela construção coletiva e pelo compromisso com a defesa do serviço público, da valorização dos trabalhadores e do fortalecimento institucional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A programação teve início na quinta-feira (9), com a abertura oficial dos trabalhos, seguida da aprovação do Regimento Interno e da apresentação dos informes da Executiva Nacional, que contextualizaram o cenário político, administrativo e organizacional vivido pela categoria. Esse primeiro momento estabeleceu as bases para os debates que nortearam toda a reunião, reafirmando a Direção Nacional como espaço de deliberação coletiva e construção de consensos.

Na sexta-feira (10), os trabalhos concentraram-se na análise da conjuntura nacional e internacional e de seus impactos sobre o funcionalismo público e o IBGE. As exposições da economista e professora da UFRJ, Denise Gentil, e da internacionalista Séfora Pereira, mestre e doutoranda em Ciências Militares, ofereceram uma leitura crítica do cenário econômico, político e geopolítico contemporâneo, contribuindo para qualificar o debate sobre os desafios enfrentados pelas instituições públicas e pelas entidades representativas dos trabalhadores.

No período da tarde, as discussões voltaram-se para o papel estratégico do IBGE diante das transformações sociais, econômicas e institucionais em curso. As reflexões conduzidas por Clician Oliveira, diretora da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN, e pelo pesquisador da Fiocruz Geandro Pinheiro destacaram a importância do fortalecimento do Estado brasileiro, da soberania nacional e da construção de um projeto de IBGE capaz de responder às demandas da sociedade contemporânea. O debate evidenciou a relevância da produção de informações

estatísticas e geocientíficas oficiais como instrumento fundamental para o planejamento e a formulação de políticas públicas.

Ao longo dos três dias de atividades, a Direção Nacional também se dedicou à avaliação da conjuntura institucional do IBGE e à definição das prioridades políticas da categoria. Um dos principais encaminhamentos aprovados foi a elaboração de um cronograma nacional de debates sobre a reestruturação da carreira, acompanhado de uma metodologia unificada para subsidiar as discussões em todos os Núcleos Estaduais. Conforme deliberado em plenária, os debates ocorrerão entre os meses de julho e dezembro de 2026, por meio de comissões locais responsáveis por aprofundar temas estratégicos, entre eles o papel institucional do IBGE na estrutura do Estado, a evolução histórica da carreira, suas alterações ao longo do tempo e a composição remuneratória dos servidores.

Como forma de garantir ampla participação e unidade na construção das propostas, ficou definido que cada Núcleo Estadual realizará assembleias para eleger seus representantes à comissão nacional responsável pela consolidação das discussões. As comissões locais deverão sistematizar seus debates em relatórios padronizados, condição indispensável para assegurar representação na etapa nacional do processo, fortalecendo o caráter democrático, transparente e participativo da construção coletiva.

Outro eixo central da reunião foi a definição de um calendário nacional de mobilização diante do agravamento da crise institucional vivenciada pelo IBGE. Após amplo debate, a Direção Nacional aprovou um conjunto de ações políticas e sindicais que incluem estado de greve, realização de atos nos estados e a construção de uma greve nacional com indicativo de início em 5 de agosto, cuja efetivação dependerá da aprovação nas assembleias locais. A deliberação fundamenta-se na avaliação de que o processo de negociação entre a administração do Instituto e a representação dos trabalhadores encontra-se comprometido, exigindo a intensificação da mobilização da categoria em defesa do diálogo institucional, da valorização profissional e da preservação das condições de trabalho.

A etapa deliberativa foi concluída durante a Plenária Final, dedicada à apreciação das propostas sistematizadas, à construção dos consensos e à aprovação dos encaminhamentos que orientarão a atuação política da ASSIBGE-SN nos próximos meses. Os relatórios produzidos durante a Reunião da Direção Nacional serão encaminhados aos Núcleos Estaduais para subsidiar as assembleias locais, assegurando a continuidade do debate e a implementação das deliberações aprovadas coletivamente.

A reunião contou com a participação de 71 representantes, entre delegados, observadores, palestrantes e integrantes da Executiva Nacional. Estiveram presentes representantes de praticamente todas as regiões do país, distribuídos entre 3 núcleos da Região Norte, 8 do Nordeste, 4 do Centro-Oeste, 4 do Sudeste e 3 do Sul, reforçando o caráter nacional da atividade. A composição dos participantes refletiu a diversidade da categoria, reunindo 39 servidores ativos, 26 aposentados e 7 trabalhadores temporários, além de uma representatividade equilibrada entre homens e mulheres.

Ao término dos trabalhos, a Reunião da Direção Nacional reafirmou seu papel como principal espaço de formulação política da ASSIBGE-SN entre os congressos da entidade. As deliberações aprovadas demonstram o compromisso coletivo com a defesa do IBGE como instituição de Estado, com a valorização de seus trabalhadores e com o fortalecimento da organização sindical, evidenciando que os desafios colocados para a categoria exigem unidade, participação democrática e construção permanente de estratégias coletivas em defesa do serviço público brasileiro.

PROGRAMAÇÃO

PROGRAMAÇÃO

09/07 - quinta

18H

Abertura;
Aprovação do Regimento Interno;
Informes Executiva Nacional.

10/07 - sexta

8:30

Análise de Conjuntura nacional e internacional e a mobilização dos servidores no cenário atual;

12H

Almoço;

13:30

Estado, soberania e modelo de IBGE que a sociedade contemporânea demanda;

17H

Reunião com relatores para redação de consenso com base no que os estados trouxeram de propostas sistematizadas.



Denise Gentil - Economista e professora da UFRJ &
Séfora Pereira - Internacionalista, Mestre e Doutoranda em Ciências Militares



Clician Oliveira - Economista e Diretora da Executiva Nacional da Assibge &
Geandro Pinheiro - Pesquisador Fiocruz

11/07 - sábado

PLENÁRIA FINAL

8H

Início da Plenária;

12H

Almoço;

13:30

Fechamento da Plenária;

17H

Encerramento dos trabalhos.

12/07 - domingo

PLENÁRIA FINAL

Continuação Plenária, caso não encerre no sábado.

Reunião da Direção Nacional - 9 a 12 de julho de 2026 • Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Resumo	01
Programação	04
Dia 09 de julho	05
Abertura do evento	05
Regimento interno	10
Dia 10 de julho: ANÁLISE DE CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL E A MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES NO CENÁRIO ATUAL	09
Palestra de Denise Gentil, economista e professora da UFRJ	09
Palestra de Séfora Pereira, internacionalista, mestre e doutorando em Ciências Militares	08
Dia 10 de julho: ESTADO, SOBERANIA E MODELO DE IBGE QUE A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DEMANDA	16
Geandro Pinheiro, pesquisador da Fiocruz	16
Clician Oleiveira, da Executiva Nacional da ASSIBGE	19
Plenária final	23
Propostas	23
Calendário	27

DIA 09/07 – ABERTURA DA REUNIÃO DA DIREÇÃO NACIONAL

No dia 9 de julho de 2026, foi aberta oficialmente a Reunião da Direção Nacional da ASSIBGE-SN, realizada no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover um amplo debate sobre os desafios enfrentados pela categoria e definir as estratégias de atuação da entidade para o segundo semestre. O encontro reuniu representantes dos Núcleos Estaduais, membros da Executiva Nacional e servidores da ativa, aposentados, trabalhadores temporários, aposentandos e pensionistas, reafirmando o caráter democrático e representativo da instância máxima de deliberação política entre os congressos da entidade.

A solenidade de abertura foi conduzida pela Executiva Nacional e teve como primeiro ato a leitura e aprovação do Regimento Interno, realizada por Aline Camargo, estabelecendo as normas que orientaram o desenvolvimento dos trabalhos ao longo da reunião. Também compuseram a mesa de abertura as diretoras da Executiva Nacional Marlene Moreira e Walquíria Morando.

A reunião foi convocada com a finalidade de discutir temas estratégicos de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras do IBGE, contemplando servidores ativos, aposentados, aposentandos, temporários e pensionistas. Entre os principais objetivos estiveram a análise da conjuntura política e institucional, a formulação de propostas voltadas à defesa dos direitos da categoria e a construção de um plano de lutas capaz de orientar a atuação da ASSIBGE-SN nos próximos meses.

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

Dos Objetivos

Art. 1º A Reunião da Direção Nacional da ASSIBGE-SN, doravante denominada "DN", ocorrerá ordinariamente, com os seguintes objetivos:

- I - Analisar a conjuntura interna, nacional e internacional;
- II - Discutir o modelo de Estado e de IBGE que a entidade defende;

- III - Definir cronogramas e metodologia de debates sobre um modelo de carreira a ser defendido para os trabalhadores do IBGE;
- IV - Elaborar plano e calendário de lutas para o segundo semestre, visando ao processo eleitoral e seus desdobramentos na mobilização dos servidores públicos e na conjuntura interna do IBGE;
- V - Deliberar sobre as propostas apresentadas pela base após aprovações assembleares.

Parágrafo Único – Sempre que possível, deve ser observado o calendário dos SPFs e do movimento geral dos trabalhadores, bem como as definições em tal âmbito das quais tenha participado a ASSIBGE-SN.

Art. 2º Para atingir os objetivos estabelecidos no Art. 1º, a DN deverá esgotar a seguinte pauta, desdobrada e detalhada, segundo o programa anexo:

- 1 - Informes da Executiva Nacional;
- 2 - Análise de Conjuntura nacional e internacional e a mobilização dos servidores no cenário atual;
- 3 - Estado, soberania e modelo de IBGE que a sociedade contemporânea demanda;
- 4 - Plenária Final.

CAPÍTULO II

Data, Local e Participantes.

Art. 3º A DN será realizada no período de 09 a 12 de julho de 2026, no Américas Granada Hotel, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º O quórum para a instalação da reunião de Direção Nacional é metade mais um dos Núcleos Sindicais estatutariamente organizados, ou que cumpram com os critérios estabelecidos no Art. 16 do Estatuto da ASSIBGE-SN, e as decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes, salvo expressa disposição diversa deste regimento.

Art. 5º A Plenária será composta pelos delegados e observadores credenciados, conforme estabelecido no Estatuto, pela equipe de apoio designada pela Comissão Organizadora, e por convidados cuja contribuição seja reputada como indispensável ao debate.

Parágrafo Único – Excepcionalmente, a admissão de terceiros, não contemplados pelo *caput*, poderá ser autorizada pela plenária, desde que tal admissão não atente contra o equilíbrio de representação do fórum.

Art. 6º Os delegados e observadores terão sua participação na DN condicionada à regularidade de sua eleição, preceituada no artigo 16 do Estatuto da ASSIBGE-SN, devendo os documentos listados no § 3º do dispositivo supra ser previamente remetidos por meio eletrônico à Executiva Nacional, ou apresentados quando do credenciamento.

- § 1º - Os membros da DN, representantes de Núcleos, deverão ser eleitos, conforme normas estatutárias da ASSIBGE-SN, na proporção de 01 (um) delegado para cada 125 (cento e vinte e cinco) trabalhadores na base e mais 01 (um) delegado por fração igual ou superior a 0,5 (meio).
- § 2º - Caso o Núcleo Sindical não possua 125 (cento e vinte e cinco) trabalhadores filiados em sua base, poderá eleger 01 (um) delegado.

- § 3º - De acordo com o estabelecido no Estatuto da ASSIBGE-SN, os Núcleos Sindicais com 175 (cento e setenta e cinco) ou mais trabalhadores filiados na base poderão eleger um observador.

CAPÍTULO III

Da Organização

- Art. 7º** A organização da DN será de responsabilidade da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN.
- § 1º - As inscrições das delegações, assim como o credenciamento de seus membros, serão realizadas preferencialmente no dia 09/07/2026, até as 19h. É admitido, contudo, o credenciamento até as 12h do dia 10/07/2026;
- § 2º - Situações nas quais, por motivos que desborden o raio de ação dos participantes, como atraso de voo, bem como outras situações excepcionais, poderão ensejar, após a exposição do justo motivo, o credenciamento a destempo, autorizado pela mesa diretora dos trabalhos, que, caso não o defira de plano, submeterá a controvérsia à plenária.
- Art. 8º** À Comissão Organizadora, designada pela Executiva Nacional, caberá adotar as providências necessárias ao apoio logístico do evento, incluindo, dentre outras, as relacionadas à hospedagem, à alimentação, a recursos humanos, materiais, convites, sonorização, aparato tecnológico e as de outras naturezas que se façam necessárias.
- Art. 9º** As despesas necessárias à realização da DN serão socializadas entre a Executiva Nacional e os Núcleos Sindicais estatutariamente organizados, na proporção de 30% e 70%, respectivamente, nos termos do Estatuto da ASSIBGE-SN, art. 53, § 4º.
- Art. 10.** Caberá à Executiva Nacional divulgar as deliberações da DN, através dos informativos da Entidade.

CAPÍTULO IV

Da Coordenação dos Trabalhos

- Art. 11.** Os trabalhos das plenárias de cada dia serão conduzidos por uma mesa composta de um coordenador e um secretário, podendo ainda contar com um vice-coordenador.
- § 1º - Os trabalhos só poderão ter início caso a plenária esteja constituída, no mínimo, de 3/5 (três quintos) dos delegados presentes.
- § 2º - Ao início dos trabalhos de cada dia, serão eleitos, por voto ou aclamação, os integrantes da mesa coordenadora.
- § 3º - Qualquer delegado presente na plenária poderá solicitar substituição de qualquer membro da mesa, a qualquer tempo, desde que a solicitação conte com 3/5 (três quintos) ou mais dos votos.
- § 4º - Qualquer membro da mesa poderá solicitar sua substituição, a qualquer tempo.
- Art. 12.** À relatoria, subordinada à Comissão Organizadora, caberá elaborar o relatório para a plenária final, organizando as propostas de forma a proporcionar melhor fluidez ao debate e destacando aquelas que, ainda que preenchidos os critérios para admissão,

não sejam comportadas no âmbito da competência da DN definida no Estatuto da ASSIBGE-SN.

- § 1º - As propostas aprovadas em assembleias de Núcleo, desde que direcionadas a esta DN, consignadas em ata e apresentadas conforme instruções, constarão no relatório para a plenária final, podendo, contudo, receber ajustes formais de redação pela Relatoria, subordinada à Comissão Organizadora, ou ajustes materiais, no âmbito do Grupo de Trabalho de Relatores.
- § 2º - Os relatores das delegações, reunindo-se para a redação de consenso com base nas propostas sistematizadas, promoverão ajustes no Relatório Consolidado, que será então encaminhado à Plenária Final.
- § 3º - As propostas poderão ainda ser suprimidas pela delegação do Núcleo proponente.
- § 4º - Sem prejuízo das questões de ordem que sejam também aplicáveis, a mesa poderá acatar recomendação da relatoria, ou pedido formulado por ao menos 10% (dez por cento) dos delegados credenciados e submeter à plenária a declaração de prejudicialidade de determinado conjunto de propostas, removendo-as do relatório final.
- § 5º - A ata da DN deverá ser disponibilizada para divulgação pela Executiva Nacional, num prazo máximo de 15 (quinze) dias após o encerramento da DN.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2026.

Executiva Nacional da ASSIBGE-SN
Reunião da Direção Nacional da ASSIBGE-SN

DIA 10/7 – ANÁLISE DE CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL E A MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES NO CENÁRIO ATUAL

Composição da mesa: *Denise Gentil, economista e professora da UFRJ, Séfora Pereira, internacionalista, mestre e doutorando em Ciências Militares e Paulo Lindesay, da Executiva Naciobal.*

A programação do segundo dia da Reunião da Direção Nacional da ASSIBGE-SN teve início com o painel "Análise de Conjuntura Nacional e Internacional e a Mobilização dos Servidores no Cenário Atual", composto pela economista e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Gentil, pela internacionalista e doutoranda em Ciências Militares Séfora Pereira, e mediado por Paulo Lindesay, integrante da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN.

Ao iniciar sua exposição, Denise Gentil agradeceu o convite para participar, pela segunda vez, da Reunião da Direção Nacional, destacando a riqueza intelectual proporcionada pelo diálogo com a categoria. Em seguida, apresentou um panorama da conjuntura econômica internacional, argumentando que o mundo atravessa um período marcado pela intensificação das disputas geopolíticas, pelos conflitos bélicos e pela reorganização das relações econômicas globais, fatores que, segundo a economista, impactam diretamente a economia brasileira.

Como ponto de partida de sua análise, Denise apresentou dados históricos que evidenciam a desaceleração do crescimento econômico brasileiro. Enquanto, entre 1947 e 1980, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou crescimento médio anual de aproximadamente 7,5%, entre 1981 e 2023 essa média caiu para 2,2% ao ano. Na avaliação da palestrante, essa mudança representa uma ruptura no padrão de desenvolvimento nacional e está associada à redução dos investimentos produtivos, à perda de capacidade industrial e ao avanço de um processo de desindustrialização que alterou profundamente a estrutura econômica do país.

A economista destacou que, paralelamente à desaceleração do crescimento, ocorreu uma transformação significativa na composição da economia brasileira. Segundo os dados apresentados, a participação da indústria de transformação na estrutura produtiva reduziu-se de forma contínua nas últimas décadas, enquanto aumentou a dependência de atividades ligadas à exportação de produtos primários, como petróleo, minérios e commodities agrícolas. Para Denise Gentil, esse movimento caracteriza um processo de primarização da economia, tornando o país mais vulnerável às oscilações do mercado internacional e reduzindo sua capacidade de agregar valor por meio da indústria e da inovação tecnológica.

Outro aspecto amplamente discutido foi a crescente dependência da economia brasileira em relação ao cenário internacional. A palestrante observou que decisões tomadas pelas principais potências econômicas, especialmente Estados Unidos e China, influenciam diretamente o fluxo de capitais, os investimentos e a dinâmica produtiva nacional. Segundo sua análise, a atual rivalidade geopolítica entre essas duas economias redefine o comércio internacional e inaugura um novo ciclo de protecionismo, caracterizado pela disputa por

tecnologias estratégicas, pelo fortalecimento das políticas industriais nacionais e pelo controle de cadeias produtivas consideradas essenciais.

Embora esse contexto internacional tenha contribuído para ampliar a demanda por commodities brasileiras, especialmente em razão do aumento das exportações de petróleo, alimentos e minérios, Denise Gentil alertou que essa expansão não representa, necessariamente, um processo consistente de desenvolvimento econômico. De acordo com a economista, a maior inserção do Brasil como exportador de produtos primários fortalece um modelo econômico dependente das flutuações dos preços internacionais, gerando volatilidade, instabilidade e reduzindo os estímulos à diversificação produtiva e à geração de empregos de maior qualificação.

Ao abordar o conceito de financeirização, eixo central de sua exposição, Denise argumentou que o capitalismo contemporâneo passou a concentrar sua dinâmica de acumulação na valorização dos ativos financeiros, em detrimento dos investimentos voltados à produção de bens e serviços. Segundo a palestrante, esse processo altera a lógica de funcionamento da economia ao deslocar recursos da atividade produtiva para aplicações financeiras, reduzindo a capacidade de expansão da indústria e limitando o potencial de geração de empregos e renda.

Com base em dados apresentados durante a palestra, Denise afirmou que o Brasil se insere nesse contexto de forma particularmente intensa. Ela destacou que a política monetária brasileira, marcada por taxas de juros historicamente elevadas, contribui para direcionar recursos ao mercado financeiro, tornando os investimentos produtivos relativamente menos atrativos. Nesse cenário, segundo sua avaliação, o país consolida um ambiente favorável à valorização dos ativos financeiros, enquanto a taxa de acumulação do capital produtivo apresenta trajetória declinante desde a década de 1970.

A professora também analisou o papel desempenhado pela política macroeconômica brasileira nesse processo. Em sua avaliação, a combinação entre elevadas taxas de juros,

controle rigoroso das despesas públicas e prioridade conferida ao equilíbrio fiscal limita a capacidade do Estado de atuar como indutor do desenvolvimento econômico. Para Denise Gentil, a redução do investimento público compromete a expansão da infraestrutura, diminui o efeito multiplicador sobre os investimentos privados e restringe a geração de emprego e renda.

Ao tratar do chamado arcabouço fiscal, a economista argumentou que os atuais mecanismos de controle das despesas públicas estabelecem limites para investimentos em áreas sociais e em políticas públicas estruturantes, ao mesmo tempo em que as despesas financeiras relacionadas ao pagamento de juros da dívida pública permanecem preservadas. Segundo sua análise, essa configuração contribui para reforçar a lógica de predominância do capital financeiro sobre os investimentos produtivos e sobre as políticas de desenvolvimento.

A exposição também abordou os impactos sociais desse modelo econômico. Denise Gentil relacionou a desaceleração dos investimentos produtivos ao crescimento da precarização das relações de trabalho, à expansão dos empregos de baixa remuneração, ao elevado endividamento das famílias brasileiras e ao aprofundamento das desigualdades sociais. Para a palestrante, o baixo dinamismo da economia compromete a capacidade de geração de empregos de qualidade e limita a melhoria das condições de vida da população.

Ao concluir sua apresentação, Denise Gentil defendeu que a superação desse quadro exige mudanças na orientação da política macroeconômica brasileira, com fortalecimento do investimento público, retomada da política industrial, ampliação da capacidade produtiva nacional e valorização do papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico. Ressaltou, ainda, que tais transformações dependem não apenas de decisões técnicas, mas, sobretudo, da construção de uma correlação de forças favorável por meio da mobilização social e da organização coletiva dos trabalhadores.

A palestra proporcionou à plenária uma reflexão abrangente sobre os condicionantes econômicos que influenciam a realidade brasileira e os desafios enfrentados pelo serviço

público. Ao relacionar a conjuntura internacional às escolhas de política econômica adotadas no país, Denise Gentil ofereceu elementos para compreender como as transformações do capitalismo contemporâneo repercutem sobre o papel do Estado, a valorização dos servidores públicos e as perspectivas de desenvolvimento nacional, contribuindo para qualificar o debate político realizado durante a Reunião da Direção Nacional da ASSIBGE-SN.

PALESTRANTE – Séfora Pereira

Internacionalista, mestre e doutorando em Ciências Militares

Dando continuidade ao painel sobre a conjuntura nacional e internacional, a internacionalista, mestre e doutoranda em Ciências Militares Séfora Pereira apresentou uma análise sobre as transformações da ordem geopolítica mundial e seus impactos para a soberania brasileira. Sua exposição concentrou-se na relação entre defesa nacional, produção de informações estratégicas e capacidade do Estado de preservar sua autonomia em um cenário internacional marcado pela intensificação das disputas econômicas, tecnológicas e militares.

Ao iniciar sua participação, Séfora destacou que um país somente é capaz de planejar seu futuro quando conhece profundamente sua própria realidade. Nesse sentido, ressaltou que a produção de informações estatísticas e geocientíficas constitui um elemento fundamental para o exercício da soberania nacional, afirmando que "um país que não conhece a si próprio não sabe para onde ir". A partir dessa premissa, chamou atenção para o papel desempenhado pelo IBGE na construção desse conhecimento, enfatizando que nenhuma estratégia nacional pode prescindir de dados confiáveis sobre seu território, sua população e sua economia.

A palestrante observou que, historicamente, o debate sobre defesa nacional foi tratado no Brasil de maneira restrita ao campo militar. Entretanto, argumentou que essa compreensão tornou-se insuficiente diante das mudanças ocorridas nas últimas décadas. Segundo sua análise, a criação do Ministério da Defesa representou um avanço institucional ao aproximar o tema da esfera civil, permitindo compreender que a defesa nacional envolve diferentes áreas do Estado e da sociedade, entre elas a ciência, a tecnologia, a infraestrutura, a economia e a produção de informações estratégicas.

Ao analisar o contexto internacional contemporâneo, Séfora Pereira destacou que o mundo atravessa um período de elevada instabilidade geopolítica, caracterizado pela reorganização das relações de poder entre as grandes potências. Em sua avaliação, os atentados de 11 de setembro de 2001 marcaram uma inflexão importante na política externa dos Estados Unidos, ampliando sua atuação internacional sob a justificativa do combate ao terrorismo. Paralelamente, observou que a ascensão econômica e tecnológica da China alterou significativamente o equilíbrio global de poder, inaugurando uma nova fase de competição estratégica entre as duas maiores economias do mundo.

Nesse cenário, a palestrante ressaltou que a disputa entre Estados Unidos e China ultrapassa o campo comercial e envolve o controle de tecnologias, sistemas financeiros, cadeias produtivas e infraestruturas consideradas críticas para o funcionamento dos Estados nacionais. Segundo sua análise, na atualidade, a soberania dos países passa a ser definida, cada vez mais, pela capacidade de controlar seus próprios dados, suas redes de comunicação, seus sistemas financeiros e suas informações estratégicas.

Outro aspecto abordado durante a exposição foi o avanço das políticas neoliberais nas últimas décadas. Séfora argumentou que o processo de redução do papel do Estado e de ampliação das privatizações transferiu para grandes corporações privadas o controle de setores considerados estratégicos. Em sua avaliação, essa dinâmica reduziu a capacidade dos governos de formular políticas públicas de forma autônoma e ampliou a influência de interesses privados sobre decisões de natureza estatal.

Ao tratar da realidade brasileira, a palestrante destacou que esse processo tornou-se mais evidente a partir da década de 1990, quando diversas empresas e estruturas públicas passaram por processos de privatização. Segundo ela, a perda de controle estatal sobre ativos estratégicos fragiliza a capacidade nacional de formular políticas soberanas, sobretudo em um contexto internacional cada vez mais competitivo.

Como exemplo das novas disputas geoeconômicas, Séfora mencionou o sistema brasileiro de pagamentos instantâneos (Pix), destacando que sua expansão reduziu a participação de grandes operadoras internacionais de cartões nas transações financeiras realizadas no país. Segundo sua análise, mecanismos que fortalecem a autonomia financeira nacional podem alterar interesses consolidados no sistema financeiro internacional, especialmente daqueles países que exercem maior influência sobre a economia global.

A palestrante também destacou o fortalecimento de mecanismos de cooperação entre países emergentes, como os BRICS, apontando que a ampliação das relações multilaterais cria novas possibilidades de inserção internacional para o Brasil. Entretanto, alertou que o aumento das tensões geopolíticas exige permanente atenção dos Estados nacionais para preservar sua autonomia política, econômica e tecnológica.

Durante sua exposição, Séfora reforçou que a proteção das bases de dados nacionais constitui um dos principais desafios contemporâneos da defesa nacional. Segundo ela, em uma sociedade altamente digitalizada, informações estatísticas, territoriais, demográficas e econômicas passaram a representar ativos estratégicos de enorme valor. Nesse contexto, ressaltou que o IBGE ocupa posição central na produção dessas informações, fornecendo a base de dados utilizada para o planejamento de políticas públicas, estudos econômicos, ações de segurança, planejamento territorial e tomada de decisões governamentais.

Para a palestrante, abrir mão do controle sobre essas informações significa ampliar vulnerabilidades institucionais e reduzir a capacidade do Estado de responder a crises e ameaças externas. Em sua avaliação, países que perdem o domínio sobre seus sistemas de informação tornam-se mais suscetíveis a pressões econômicas, políticas e tecnológicas exercidas por atores internacionais.

Ao abordar os desafios relacionados à segurança pública e à soberania nacional, Séfora observou que determinadas classificações internacionais envolvendo organizações criminosas podem produzir consequências que extrapolam o campo interno, criando justificativas para

formas de intervenção externa sobre países detentores de recursos naturais estratégicos. Ressaltou que o Brasil reúne ativos de grande relevância geopolítica, como petróleo, biodiversidade, minerais críticos e terras raras, elementos que reforçam a necessidade de fortalecimento das instituições responsáveis pela produção de conhecimento sobre o território nacional.

Encerrando sua participação, a internacionalista reafirmou que a defesa da soberania brasileira começa pelo conhecimento produzido sobre o próprio país. Nesse contexto, destacou que o trabalho desenvolvido pelo IBGE ultrapassa a produção de estatísticas oficiais, constituindo um instrumento essencial para o planejamento estatal, a formulação de políticas públicas e a preservação da autonomia nacional. Sua exposição contribuiu para ampliar o debate da plenária sobre o papel estratégico do Instituto, evidenciando que a produção de informações públicas de qualidade representa um dos pilares fundamentais para a defesa do Estado brasileiro em um cenário internacional marcado por profundas transformações geopolíticas.

DIA 10/7 – ESTADO, SOBERANIA E MODELO DE IBGE QUE A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DEMANDA

Composição da mesa: *Geandro Pinheiro, pesquisador da Fiocruz, e Clician Oliveira, da Executiva Nacional da Assibege.*

Dando início ao painel da tarde, o pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Geandro Pinheiro, apresentou uma reflexão sobre as disputas em torno do modelo de Estado brasileiro e os impactos dessas transformações sobre instituições públicas estratégicas. Partindo da experiência vivenciada na Fiocruz, o palestrante estabeleceu paralelos com o momento enfrentado pelo IBGE, defendendo que ambas as instituições ocupam posição central em um processo mais amplo de redefinição do papel do Estado na produção de conhecimento, na formulação de políticas públicas e na garantia da soberania nacional.

Logo no início de sua exposição, Geandro ressaltou que as mudanças em debate não devem ser compreendidas como iniciativas isoladas, mas como parte de um projeto contínuo

de reforma do Estado brasileiro. Segundo ele, independentemente dos governos, diferentes propostas de reorganização administrativa têm sido apresentadas nas últimas décadas, sempre acompanhadas de debates sobre a forma de gestão das instituições públicas e sobre os limites da atuação estatal em áreas estratégicas.

Como exemplo, o pesquisador lembrou que, há cerca de quinze anos, a Fiocruz enfrentou uma proposta de reestruturação que previa alterações em seu modelo jurídico e administrativo. À época, a mobilização dos trabalhadores, de entidades científicas e do Conselho Nacional de Saúde conseguiu impedir sua implementação. Entretanto, observou que iniciativas semelhantes voltaram a surgir em diferentes momentos e permanecem presentes na agenda de setores do governo federal responsáveis pela modernização da administração pública.

Em sua análise, uma das principais preocupações reside na possibilidade de transformação da Fiocruz em uma fundação estatal de direito privado, acompanhada da criação de subsidiárias e de um modelo de gestão inspirado nas empresas estatais. Segundo Geandro Pinheiro, embora estruturas dessa natureza sejam comuns em determinados segmentos econômicos, sua adoção em instituições voltadas à ciência, à saúde pública e à pesquisa representaria uma mudança inédita e profunda na forma de organização dessas entidades.

O pesquisador argumentou que esse tipo de reorganização ultrapassa aspectos meramente administrativos, refletindo uma disputa mais ampla sobre o projeto de Estado que se pretende construir. Para ele, o fortalecimento da soberania nacional depende da preservação de instituições públicas capazes de produzir ciência, tecnologia, inovação, medicamentos, vacinas, diagnósticos e informações estratégicas sem subordinação a interesses privados ou exclusivamente mercadológicos.

Ao longo da exposição, Geandro destacou que a defesa da Fiocruz e do IBGE deve ser compreendida como parte de uma agenda nacional de fortalecimento das capacidades estatais. Segundo sua avaliação, a produção de conhecimento científico, de estatísticas oficiais e de informações estratégicas constitui patrimônio público essencial para a formulação de políticas

públicas e para a autonomia do país diante dos desafios econômicos, sanitários e tecnológicos do século XXI.

O palestrante também chamou atenção para os problemas estruturais enfrentados por diversas instituições públicas, entre eles a defasagem salarial, a insuficiência de concursos públicos, o envelhecimento da força de trabalho e as limitações orçamentárias. Ressaltou, entretanto, que tais dificuldades não podem servir de justificativa para a substituição do modelo público por estruturas híbridas ou mecanismos de gestão privada. Em sua avaliação, trata-se de um padrão recorrente em processos de reforma administrativa: primeiro evidencia-se uma situação de crise institucional e, posteriormente, apresenta-se a alteração do modelo jurídico como única alternativa possível.

Durante sua apresentação, Geandro observou que experiências anteriores de terceirização, fundações de apoio e modelos de gestão privada nem sempre produziram os resultados esperados. Defendeu, portanto, que propostas dessa magnitude devem ser analisadas não apenas pelos objetivos declarados por seus formuladores, mas também pelos efeitos institucionais que poderão produzir no longo prazo. Para o pesquisador, mudanças estruturais em instituições estratégicas podem abrir espaço para formas de privatização indireta, redução da autonomia institucional e enfraquecimento da capacidade estatal de formular políticas públicas.

Nesse contexto, o pesquisador mencionou que propostas atualmente em discussão para a Fiocruz apresentam características distintas das iniciativas debatidas em décadas anteriores, aproximando-se de modelos baseados na legislação das empresas estatais e em mecanismos de gestão utilizados em parcerias público-privadas. Segundo sua análise, tais mudanças exigem amplo debate com a sociedade e com os trabalhadores, considerando seus potenciais impactos sobre o caráter público das instituições.

Ao estabelecer um paralelo entre a Fiocruz e o IBGE, Geandro Pinheiro afirmou que ambas se transformaram em espaços emblemáticos das disputas contemporâneas em torno da

reforma do Estado. Para o palestrante, as transformações em discussão nessas instituições representam experiências que poderão influenciar futuras alterações em outros órgãos públicos estratégicos, razão pela qual o debate extrapola os limites institucionais de cada entidade.

Em sua avaliação, preservar o caráter público dessas organizações significa garantir que informações estratégicas, pesquisas científicas e tecnologias permaneçam orientadas pelo interesse coletivo e pelas necessidades da população brasileira. Nesse sentido, destacou que a defesa da soberania sanitária, científica e informacional está diretamente relacionada à manutenção de instituições fortes, autônomas e comprometidas com a produção de conhecimento público.

Encerrando sua participação, Geandro Pinheiro defendeu a construção de uma agenda comum entre as diferentes instituições públicas federais, baseada na valorização dos servidores, na realização de concursos públicos, no fortalecimento da ciência e na participação efetiva dos trabalhadores nos processos de decisão. Segundo ele, somente a articulação entre as diversas categorias e a sociedade será capaz de enfrentar os desafios colocados pelas atuais propostas de reorganização do Estado e assegurar que instituições como a Fiocruz e o IBGE permaneçam como pilares estratégicos do desenvolvimento nacional e da soberania brasileira.

PALESTRANTE – Clician Oliveira
Executiva Nacional da Assibege.

Na sequência do painel da tarde, a diretora da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN, Clician Oliveira, apresentou uma análise sobre as mudanças em curso na estrutura organizacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), propondo uma reflexão sobre seus possíveis impactos para a natureza pública da instituição e para o exercício de suas funções de Estado. A exposição teve como eixo central o questionamento: **"A gestão atual está no caminho da modernização ou tudo não passa de uma ilusão?"**, conduzindo a plenária a um debate sobre os limites entre processos de modernização administrativa e alterações estruturais capazes de redefinir o papel institucional do Instituto.

Logo no início de sua apresentação, Clician destacou que sua atuação sindical sempre esteve voltada para o enfrentamento das diferentes propostas de reforma administrativa e de privatização apresentadas ao longo dos sucessivos governos. Em sua avaliação, as transformações atualmente em discussão no IBGE não representam apenas medidas de aperfeiçoamento da gestão, mas fazem parte de uma disputa mais ampla sobre o modelo de Estado brasileiro e sobre a apropriação de funções públicas estratégicas por mecanismos de gestão orientados pela lógica de mercado.

Segundo a palestrante, o processo atualmente em curso configura uma mudança estrutural do modelo institucional do IBGE, ainda que sem alteração formal da legislação que organiza o Instituto. Em sua análise, determinadas iniciativas administrativas podem promover uma fragmentação gradual das atividades desenvolvidas pelo órgão, alterando a forma de execução de funções que historicamente foram concebidas como responsabilidades permanentes e indelegáveis do Estado brasileiro.

Para fundamentar essa reflexão, Clician apresentou uma discussão sobre a natureza institucional do IBGE. Ressaltou que o Instituto não se limita à realização de pesquisas estatísticas, mas exerce funções típicas de Estado, responsáveis pela produção das estatísticas oficiais, da geoinformação nacional, da base cartográfica e territorial do país, da manutenção de séries históricas e do fornecimento de informações indispensáveis ao planejamento governamental e à formulação de políticas públicas. Essas atividades, enfatizou, possuem caráter permanente, contínuo, obrigatório e soberano, estando diretamente vinculadas ao exercício da autoridade pública.

Ao abordar o conceito de atividade soberana, a diretora da ASSIBGE-SN destacou que determinadas funções somente podem ser plenamente exercidas por instituições estatais dotadas de autonomia técnica, estabilidade institucional e compromisso permanente com o interesse público. Segundo sua exposição, a produção das estatísticas oficiais define parâmetros utilizados por praticamente toda a administração pública brasileira, influencia a distribuição de

recursos entre os entes federativos, subsidia o orçamento público, orienta políticas econômicas e sociais e consolida a memória estatística e territorial do país.

Nesse contexto, Clician argumentou que o fortalecimento do IBGE deve ser compreendido como uma política de fortalecimento da capacidade estatal. Para a palestrante, quanto mais estratégica e soberana é determinada função pública, maior é a necessidade de assegurar continuidade institucional, controle estatal direto, estabilidade administrativa, autonomia técnica e responsabilidade pública claramente definida. Modelos excessivamente fragmentados, temporários ou orientados exclusivamente pela lógica de projetos tendem, segundo sua avaliação, a comprometer essas características essenciais.

Um dos principais pontos abordados durante a exposição foi a análise da Resolução do Conselho Diretor nº 16/2026, que estabelece diretrizes para um modelo de governança envolvendo fundações de apoio. Clician explicou que a norma prevê uma divisão de atribuições entre o IBGE e essas fundações, cabendo ao Instituto funções relacionadas à seleção e aprovação de projetos, definição de prioridades, acompanhamento da execução, avaliação de desempenho e prestação de contas, enquanto as fundações assumiriam responsabilidades administrativas, financeiras, contratações, aquisição de bens, pagamento de bolsas e execução financeira.

Embora reconheça que a resolução preserve formalmente competências institucionais do IBGE, a palestrante alertou para os efeitos produzidos por esse modelo de governança. Segundo sua análise, a descentralização operacional convive com uma forte centralização das decisões estratégicas, concentradas no Conselho Diretor, responsável por deliberar sobre habilitação das fundações, aprovação de projetos, aditivos, bolsas, avaliação de desempenho e prestação de contas. Para Clician, esse arranjo modifica significativamente a forma tradicional de funcionamento institucional e merece amplo debate com os trabalhadores.

Outro aspecto enfatizado foi a incompatibilidade entre modelos baseados em projetos episódicos e a natureza permanente das atividades desempenhadas pelo Instituto. Conforme

destacou, a produção estatística e geocientífica depende da manutenção de séries históricas, da continuidade metodológica, da preservação da memória institucional e da estabilidade técnica, elementos indispensáveis para garantir a comparabilidade dos dados ao longo do tempo e a credibilidade das informações oficiais produzidas pelo Estado.

A palestrante observou que o fortalecimento institucional do IBGE não pode estar dissociado da preservação dessas características. Em sua avaliação, projetos de reorganização administrativa devem considerar a especificidade das funções exercidas pelo Instituto, evitando modelos que possam fragmentar processos técnicos, enfraquecer estruturas permanentes ou comprometer a autonomia necessária para a produção das estatísticas oficiais e da geoinformação nacional.

Ao longo da exposição, Clician também situou o debate no contexto mais amplo das reformas administrativas implementadas nas últimas décadas. Segundo sua análise, diferentes iniciativas têm buscado introduzir mecanismos gerenciais inspirados no setor privado em instituições responsáveis pela execução de políticas públicas estratégicas. Para a diretora da ASSIBGE-SN, é fundamental distinguir processos legítimos de modernização administrativa daqueles que promovem mudanças estruturais capazes de alterar a natureza pública das instituições estatais.

Encerrando sua apresentação, Clician Oliveira defendeu que o debate sobre o futuro do IBGE ultrapassa questões organizacionais e envolve a preservação de uma instituição essencial para o funcionamento do Estado brasileiro. Reafirmou que a produção de estatísticas oficiais, informações geográficas e bases territoriais constitui uma função soberana, indispensável ao planejamento nacional, à formulação de políticas públicas e à garantia dos direitos da população. Nesse sentido, destacou que qualquer proposta de reorganização institucional deve ser amplamente debatida com os trabalhadores e com a sociedade, assegurando que eventuais mudanças fortaleçam — e não fragilizem — a capacidade estatal de produzir conhecimento público de forma contínua, autônoma e comprometida com o interesse coletivo. Parte inferior do formulário

DIA 11/07 - PLENÁRIA FINAL

PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

Conjuntura Nacional

1. Apoiar mobilizações pela soberania nacional e solidariedade aos povos latino-americanos.
2. Apoiar mobilizações pela revogação do Arcabouço Fiscal.
3. Posicionar-se contra os altos juros do Banco Central.
4. Debater e apoiar a taxação dos super ricos.
5. Apoiar movimentos pelo fim da escala 6x1.
6. Apoiar mobilizações pela reestatização de setores estratégicos.
7. Debater a criação de uma estatal para exploração das terras raras e novos marcos regulatórios.
8. Promover debates sobre/com os Institutos Nacionais de Estatística e Geografia (INEs) de outros países e seus projetos tecnológicos.

Servidores, serviço público e Reforma Administrativa

9. Adotar medidas para suprir o déficit de recursos humanos no IBGE, promovendo a reposição dos servidores e a ocupação das vagas decorrentes do último concurso, de forma a evitar prejuízos às atividades do IBGE.
10. Defender as mesas de negociação em nível federal, buscando negociar carreira e direitos dos servidores e reverter decretos do governo Bolsonaro. (DIPEQ RJ)
11. Defender mudanças na legislação dos temporários para garantir a pauta não remuneratória.
12. Defender e debater a PEC 27/2021, que define o IBGE como instituição permanente de Estado.
13. Concurso público específico para o IBGE (sair do CPNU).
14. Defender o IBGE como Instituição de Estado, com autonomia técnica e institucional.
15. Critérios transparentes de progressão e promoção.
16. Definição clara das atribuições dos cargos para evitar desvio de função.
17. Capacitação continuada e incentivo à qualificação durante a jornada de trabalho.

Orçamento público para o IBGE

18. Defender orçamento digno e estável, com recursos suficientes na LOA para censos, pesquisas e infraestrutura.

Direção do IBGE

19. Cobrar do CRH ferramentas, soluções, orientações e transparência para os servidores ativos, aposentados, pensionistas e temporários acessarem o SouGov.
20. Restabelecer, com urgência, o acesso à internet a todas as unidades do IBGE, concluindo a instalação da Rede IBGE e/ou disponibilizando solução alternativa para garantir a continuidade das atividades.
21. Restabelecer imediatamente o contrato de manutenção de veículos para todas as unidades, garantindo a realização regular dos serviços de manutenção sem necessidade de utilização de suprimento de fundos.
22. Aprovar uma carta manifesto a todas as candidaturas sobre a análise da atual gestão e defender uma direção que acolha os servidores, combata o assédio institucional e indique eleição direta para os cargos de direção do IBGE.
23. Que a ASSIBGE busque todas as ferramentas de confronto às ideias privatistas de Márcio Pochmann.
24. Solicitar que o Conselho Diretor volte a divulgar as atas das decisões tomadas.
25. Suspensão das medidas e do prazo de 60 dias estabelecidos para implementação do PGD para os novos concursados.

Organização sindical

26. Disponibilização do histórico de todas as últimas 4 (quatro) negociações salariais.

27. Realizar uma pesquisa, levantando o perfil da categoria com vistas à realização de uma campanha de sindicalização para ampliar a filiação de toda a base.
28. Exigir a realização de eleição em cumprimento da lei 11355/2006 para o Comitê Gestor de Carreiras, com participação paritária entre sindicato e gestão.
29. Sugerir que a Executiva Nacional estude e leve essa demanda à direção do IBGE para a celebração de convênio com empresas como Gympass/TotalPass para ampliar o acesso à saúde física e mental e estimular a filiação sindical.

Organização interna

30. Retomar um espírito unificado do sentimento IBGEano, combatendo o "nós x eles", com ações transparentes e melhorias na comunicação.
31. Levantar as propostas do último Congresso que ainda não foram votadas e encaminhá-las.

Ações e mobilizações

32. Realização de campanha para trabalhadores temporários pelo reajuste e direitos.

Direitos trabalhistas

33. Indenização de campo para todos; exigir que a Direção recue nas limitações da IC para efetivos e estenda o direito aos temporários.
34. Luta pela equiparação dos benefícios entre os três poderes (auxílio-saúde, auxílio alimentação, auxílio pré-escolar).

35. Defesa da criação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas.
36. A vinculação salarial dos APMs e APTs ao vencimento básico do nível A I do nível médio e para o SCQ o valor de 30% acima do APM;
37. O reajuste imediato de 23,2% para SCQs, equiparando o ganho médio obtido pelos servidores efetivos.
38. Valorização remuneratória e reconhecimento de todos os servidores do IBGE.

CALENDÁRIO DE LUTAS

	13 a 17 de julho	A Executiva estará em Brasília forçando reunião junto ao MPO e à MGI, além de participação na pauta do Fonasef.
	15-24 de julho	Assembleias: estado de greve com indicativo de greve para iniciar 05 de agosto. • Ataques a direitos: Suspensão do PGD para servidores em estágio probatório, retrocessos nas progressões, quebra de acordos, e ataques à isonomia, Direito a greve; • Precarização financeira: Cortes nas indenizações de campo e gratificações precárias pagas aos trabalhadores do Censo Agro, isonomia de benefícios, auxílio nutrição aposentados • Abuso institucional: Inativação do comitê gestor de carreira, transferências arbitrárias de servidores, sucateamento de agências e superintendências, além de práticas antissindicalistas. • Trabalhadores temporários: Ausência de novos direitos ou garantias para a modalidade de contratação temporária e congelamento salarial.
	23 de julho	Um dia de Ato nas unidades.
	27 a 31 de julho	Assembleias para deflagração de greve com início da greve no dia 05 de agosto.
	05 de agosto	INÍCIO DA GREVE
	Agosto	
	Setembro	Um dia de luta pela retomada do diálogo com a direção e pela democratização do IBGE.

UNIDADE, MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO PARA DEFENDER NOSSOS DIREITOS E FORTALECER O IBGE PÚBLICO!

“Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito para ser insignificante.”

Augusto Branco